



INSTITUTO VERUS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025



1 Contexto operacional

O Instituto Verus é uma organização social, sem fins lucrativos, fundada em 2011, onde a principal área de atuação está relacionada a execução de serviços atinentes à educação, através da gestão de serviços públicos educacionais e proteção social, básica e/ou especial, da assistência social e cuidado. É por meio de licitações e parcerias públicas que fazem a gestão dos contratos entre Prefeituras e Institutos.

2 Contratos de Gestão/Termo de Colaboração

2.1 - Contrato de Gestão Nº 444/2023 – E.M.M. Aparecida Conceição S. Akyama

Contrato de gestão nº 444/2023 com o Município de Barueri/SP para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de educação na Escola Municipal Maternal Aparecida Conceição Akyama.

2.2 – Contrato de Gestão Nº 410/2022 – E.M.M. Cleide Rodrigues Fagundes

Em 08 de julho de 2022, firmou-se o contrato de gestão nº 410/2022 com o Município de Barueri/SP para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de educação na Escola Municipal Maternal Cleide Rodrigues Fagundes – Recanto Phrynéa.

2.3 - Contrato de Gestão Nº 488/2023 – E.M.M. Edneia Matos Nogueira

Contrato de gestão nº 488/2023 com o Município de Barueri/SP para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de educação na Escola Municipal Maternal Edineia Matos Nogueira.

2.4 – Contrato de Gestão Nº 255/2023 – E.M.M. Egle Aparecida Rodrigues

Contrato de gestão nº 255/2023 com o Município de Barueri/SP para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de educação na Escola Municipal Maternal Egle Aparecida Rodrigues.

2.5 – Contrato de Gestão Nº 409/2022 – E.M.M. Evelyn Mosse Barreiro

Em 08 de julho de 2022, firmou-se o contrato de gestão nº 409/2022 com o Município de Barueri/SP para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de educação na Escola Municipal Maternal Evelyn Mosse Barreiro – Bairro dos Altos.



2.6 - Contrato de Gestão Nº 415/2023 – E.M.M. Luzia das Graças Barbosa Pereira

Contrato de gestão nº 415/2023 com o Município de Barueri/SP para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de educação na Escola Municipal Maternal Luzia das Graças Barbosa Pereira.

2.7 - Contrato de Gestão Nº 445/2023 – E.M.M. Matilde Abreu de Moraes

Contrato de gestão nº 445/2023 com o Município de Barueri/SP para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de educação na Escola Municipal Maternal Matilde de Abreu de Moraes.

2.8 - Contrato de Gestão Nº 256/2023 – E.M.M. Wandeir Ribeiro

Contrato de gestão nº 256/2023 com o Município de Barueri/SP para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de educação na Escola Municipal Maternal Wandeir Ribeiro.

2.9 – Contrato de Gestão Nº 013/2024 – EMEE Benedita Cannavam Benedetti

Contrato de gestão nº 013/2024 com o Município de Salto de Pirapora/SP para a manutenção do ensino especial na Escola Especial Benedita Cannavam Benedetti.

2.10 – Contrato de Gestão Nº 012/2024 – Creche Elvira Roberta Rodrigues

Contrato de gestão nº 012/2024 com o Município de Salto de Pirapora/SP para a manutenção das atividades na Creche Evira Roberta Rodrigues.

2.11– Termo de Colaboração Nº 002/2023 – E.M. Anadir Vicentina Silvério Puga

Termo de Colaboração nº 002/2023 com o Município de Mairiporã/SP para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de educação na Creche Escola Municipal Anadir Vicentina Silvério Puga.

2.12– Termo de Colaboração Nº 002/2025 – Especial Mairiporã

Termo de Colaboração nº 001/2025 com o Município de Mairiporã/SP para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de educação na Unidade Especial de Mairiporã.

2.13 – Termo de Colaboração Nº 001/2025 – Município de Salto de Pirapora/SP.

Termo de Colaboração Nº 001/2025 contratação para operacionalização e administração de moradias na modalidade de Residência Terapêutica Tipo II (SRT).



3 Apresentação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, atendendo a NBC TG 1000 – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e os aspectos específicos abordados nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.409/2012 (ITG 2002 – R1) - para Entidades Sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, registros dos componentes e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa para essas entidades. O reconhecimento de receitas com os recursos públicos (subvenções municipais) passou a ser realizado em conformidade com o CPC 07 item 3.1 e item 12, confrontando a receita com as despesas com as quais se pretende compensar.

4 Principais práticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

(b) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Entidade. As matérias que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis, estão demonstradas na nota.

5 As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.



(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de até 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data-base do balanço e ajustados, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil.

(d) Instrumentos financeiros - classificação e mensuração

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A Classificação, efetuada no reconhecimento inicial, depende da finalidade para quais os instrumentos financeiros foram contratados.

Não houve operações com instrumentos derivativos durante o exercício de 2025.

(e) Imobilizado e Intangível

Os bens móveis, imóveis, equipamentos e instalações permanentes utilizados na atividade da Entidade, exceto os que foram adquiridos com recursos próprios da Matriz, foram cedidos ao VERUS pelo município contratante, Barueri, em caráter precário a título de permissão de uso pelo prazo contratado, cabendo à Entidade mantê-los na forma em que foram entregues, sendo seu uso restrito a consecução das finalidades contratadas. Eventuais novas aquisições serão revertidas aos respectivos municípios ao término do contrato. Os reparos, reposições e manutenções dispendidos a esses bens, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.



(f) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de exigibilidade.

(g) Tributos

A Entidade é isenta de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) e do pagamento da COFINS.

(h) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

(i) Gerenciamento de risco

A Administração da Entidade tem como procedimento identificar e analisar periodicamente os riscos inerentes e a definir as ações a serem tomadas. A Entidade apresenta exposição ao risco de liquidez, risco de não cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outros ativos financeiros, caso receba os recursos financeiros vinculados posteriormente à data prevista, parcialmente, ou não os receba por motivo de eventuais mudanças de diretrizes da Secretaria da Educação de cada município. A abordagem da administração da Entidade é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da



Entidade perante o público e o governo do município.

(j) Reconhecimento das receitas e despesas dos recursos vinculados

As receitas e despesas são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Os recursos vinculados compreendem os valores recebidos pela Entidade e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determina o contrato de gestão. Estes recursos, enquanto não recebidos, são registrados no ativo circulante “Subvenções a Receber” em contrapartida a conta de “Recursos de Projetos (Subvenções a Realizar)” no passivo circulante. As receitas e valores recebidos e empregados referente ao contrato de gestão são registrados da seguinte forma:

- **Reconhecimento da receita e Recebimento dos recursos:** Na competência de cada mês e vinculados aos gastos inerentes empregados nos projetos, os recursos são contabilizados em receita contra a conta de “Recursos de Projetos (Subvenções a Realizar)” no passivo circulante, e quando efetivamente recebidos é reconhecido a débito de conta de equivalentes de caixa em contrapartida a conta de “Subvenções a Receber” no ativo circulante.
- **Consumo com despesas:** Os gastos do contrato de gestão, quando ocorridos, são reconhecidos nas contas de despesas correspondentes pelo regime de competência.
- **Rendimentos e aplicações financeiras vinculadas:** São reconhecidos a débito de equivalentes de caixa (conta de aplicação) e a crédito de receitas financeiras.

(k) Provisões

As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada), existe a probabilidade provável de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

(l) Benefícios a empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

A Entidade mantém também, programa de alimentação ao trabalhador e auxílio transporte



conforme convenção coletiva da categoria.

6 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a administração faz estimativas com relação ao futuro. Portanto, as demonstrações contábeis podem incluir algumas estimativas referentes a provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. Para 2025 não houve provisões de riscos prováveis considerados relevantes.

7 Caixa e equivalente de caixa – recursos restritos

Para “Caixa e equivalentes de caixa” são classificados os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e em investimentos de curtíssimo prazo. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

	Consolidado	
	2025	2024
Caixa e Bancos	176.282	550.760
Aplicações Financeiras em Moeda Nacional	6.486.035	3.922.626
Total	6.662.317	3.136.225

Os recursos vinculados ao contrato de gestão referem-se substancialmente a recursos recebidos, que serão utilizados exclusivamente nos projetos relacionados. Já as receitas oriundas de serviços prestados com alimentação serão aplicadas totalmente para garantir a continuidade desses serviços.



8 Subvenções a Receber/Realizar

	Consolidado	
	2025	2024
Subvenções a Receber (a)	34.857.862	19.191.605

(a) Conta destinada ao reconhecimento de valores a receber relacionados ao contrato de gestão, cujo saldo representa o montante a receber do município de Barueri/SP.

	Consolidado	
	2025	2024
Subvenções a Realizar (b)	35.285.587	284.389.428

(b) Subvenções a Realizar refere-se ao valor contábil que a entidade possui para gastar em seus projetos, sem que haja alteração em seu resultado, em conformidade com o CPC 07, onde se reconhece receita a partir dos valores gastos e não pelo recebimento

9 Outras Disponibilidades

Consolidado		
	2025	2024
Adiantamento a Fornecedores	-	-
Adiantamento de Férias	18.731	59.984
Seguros a Apropriar/Vale transporte e Alimentação	195.685	-
	214.416	59.984



A conta “Outras Disponibilidades” refere-se a despesas que serão apropriadas no exercício seguinte.

10 Imobilizado

	Consolidado	
	2025	2024
Imobilizado	3.939	5.008

Saldo referente a aquisição de móveis com recursos próprios para o escritório da administração.

11 Fornecedores

	Consolidado	
	2025	2024
Fornecedores/Contas a pagar	91.397	1.000

O saldo de fornecedores a pagar refere-se a aquisições de materiais diversos e serviços tomados para aplicação nos serviços prestados a ser pago no mês subsequente.

12 Obrigações trabalhistas e encargos sociais

	Consolidado	
	2025	2024
Obrigações Trabalhistas	4.711.188	2.639.384
Obrigações Tributárias	1.599	34.208
Total	4.712.787	2.673.592



Os saldos de obrigações trabalhistas englobam os valores totais de férias, rescisões e salário mensal dos colaboradores a pagar, contribuição previdenciária, FGTS e a provisão mensal de 1/12 avos de férias e 1/3, 13º salários e seus encargos que serão pagos no período de 12 meses. Obrigações tributárias é o total impostos retidos e PIS s/ Folha que a empresa tem a pagar no mês subsequente.

13 Patrimônio líquido

O Patrimônio Líquido é composto pelo superávit/ (déficit) apurado anualmente.

	Consolidado	
	2025	2024
Patrimônio Líquido	1.588.73	(264.312)

14 Receitas

	Consolidado	
	2025	2024
Receita com Subvenções Municipais (a)	54.961.972	57.409.299
Receita com Serviços Prestados (b)	720.000	908.652
Rendimento com Aplicações Financeiras (c)	95.782	161.506
Outras Receitas (d)	4.642.646	85
	60.420.400	58.479.472



- a) Receita com Subvenções Municipais englobam as receitas reconhecidas em conformidade do CPC 07 dos contratos de gestão com o município de Barueri, Salto e Mairiporã/SP.
- b) Receita com Serviços Prestados conforme contrato firmado com o Município de Salto de Pirapora.
- c) Receita com Rendimentos de Aplicação Financeira são os rendimentos ocorridos em decorrência de aplicação financeira de liquidez imediata dos recursos públicos para provisão trabalhista (Férias, 13º e encargos).
- d) Doações recebidas de terceiros para o custeio de despesas da matriz

15 Custos e Despesas

(-) Custos Operacionais

	Consolidado	
	2025	2024
Custos Operacionais (a)	13.458.455	14.600.315

- a) Custos operacionais envolvem os gastos necessários para funcionamento da entidade, como salários, materiais e serviços aplicados diretamente.

(-) Despesas Operacionais

	Consolidado	
	2025	2024
Despesas Administrativas (a)	46.469.302	44.140.047
Despesas Financeiras (b)	139.000	33.018
	46.608.745	44.173.665



- a) Despesas administrativas são gastos necessários para o funcionamento, mas não estão diretamente relacionados aos serviços prestados da entidade.
- b) Despesas financeiras são gastos com juros, multas, despesas bancárias ocorridas no período e encargos sobre aplicação financeira.

16 Partes relacionadas

Durante o ano base de 2025 a Entidade não contratou para a realização de atividades e serviços relacionados aos programas e projetos do contrato de gestão, empresas pertencentes até o 2º grau, inclusive por afinidade, de dirigentes da organização social e administrativo da Entidade, ou de agentes políticos do Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, e nem sofreu nenhuma intervenção da Secretaria de Educação e demais Órgãos Públicos nas contratações de seus colaboradores ou para qualquer outro direcionamento de recursos.

O quadro da diretoria e da administração da Entidade também não possui parentesco até o 2º grau, inclusive por afinidade, com agentes políticos do Poder ou do Ministério Público, dirigente e órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade.

17 Remuneração a administradores

Não houve durante 2025 remuneração direta ou indireta aos administradores e membros do conselho e também não há plano de pensão, previdência privada, ou benefícios pós emprego de rescisão de contrato, ou outros benefícios de longo prazo para administradores, membros do conselho e empregados e nem benefícios na forma de bônus ou de participações.

18 Isenção fiscal

Em cumprimento ao item 27, letra “C” da ITG 2002 (R1) – entidade sem fins lucrativos - é apresentada a seguir a relação de tributos objetos de isenção fiscal para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

- IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
- CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
- COFINS – Contribuição para Financiamento para a Seguridade Social (exceto demais receitas não vinculadas à atividade e receitas financeiras).



Campinas/SP, 31 de dezembro de 2025.

SUELI
MATHIAS DAS
DORES:11848
407840

Assinado de forma
digital por SUELI
MATHIAS DAS
DORES:1184840784
0
Dados: 2026.01.27
14:24:37 -03'00'

Sueli Mathias das Dores
Presidente
CPF:118.484.07-40

DANIEL
HENRIQUE DE
SOUZA:3407096
4886

Assinado de forma
digital por DANIEL
HENRIQUE DE
SOUZA:34070964886
Dados: 2026.01.27
14:24:17 -03'00'

Daniel Henrique de Souza
Contador
CRC:1SP284623/O-4